



# MUNICÍPIO DE TAIACU

RUA RAUL MAÇONE, Nº 306 – CENTRO  
ESTADO DE SÃO PAULO  
CNPJ: 44.544.690/0001-15

## **DECRETO N.º 1841, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2025.**

**Regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) no âmbito do Poder Executivo do Município de Taiaçu, SP, institui a figura do Encarregado de Proteção de Dados e estabelece normas gerais para o tratamento de dados pessoais.**

A Prefeita do Município de Taiaçu, Estado de São Paulo, **SUELI APARECIDA MENDES BIANCARDI**, no uso de suas atribuições legais,

**CONSIDERANDO** a entrada em vigor da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), aplicável também à Administração Pública;

**CONSIDERANDO** a necessidade de garantir a proteção dos dados pessoais tratados no âmbito da Prefeitura Municipal, observando os princípios da transparência, segurança, prevenção e responsabilização;

**CONSIDERANDO** a realidade administrativa e operacional do Município e a necessidade de instituir uma estrutura funcional, eficiente e proporcional para implementar a LGPD;

### **DECRETA:**

### **CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 1º** Este Decreto regulamenta, no âmbito da Administração Pública Municipal Direta, a aplicação da Lei nº 13.709/2018, estabelecendo regras e procedimentos para o tratamento de dados pessoais e instituindo a figura do Encarregado de Proteção de Dados Pessoais.

**Art. 2º** O tratamento de dados pessoais pelos órgãos municipais deverá observar os princípios previstos na LGPD, especialmente:

- I – finalidade;
- II – adequação;
- III – necessidade;
- IV – livre acesso;
- V – qualidade dos dados;
- VI – transparência;
- VII – segurança;
- VIII – prevenção;
- IX – não discriminação;
- X – responsabilização e prestação de contas.



# MUNICÍPIO DE TAIACU

RUA RAUL MAÇONE, Nº 306 – CENTRO  
ESTADO DE SÃO PAULO  
CNPJ: 44.544.690/0001-15

## **CAPÍTULO II – DO ENCARREGADO DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

**Art. 3º** Fica instituída a figura do Encarregado de Proteção de Dados Pessoais (DPO), nos termos dos arts. 23 e 41 da Lei nº 13.709/2018.

**Art. 4º** O Encarregado será designado por ato da Prefeita Municipal, podendo exercer a função cumulativamente com outras atribuições públicas, sem prejuízo de suas funções originais.

**Art. 5º** Compete ao Encarregado:

- I – receber comunicações dos titulares de dados pessoais e da Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD;
- II – orientar os órgãos municipais sobre boas práticas de proteção de dados;
- III – colaborar com a implementação das medidas de adequação à LGPD;
- IV – atuar como canal de comunicação entre a Prefeitura, os titulares e a ANPD;
- V – promover ações de sensibilização e treinamento básico sobre privacidade e proteção de dados pessoais;
- VI – manter registros das atividades de tratamento, na medida da capacidade institucional do Município;
- VII – auxiliar na resposta a incidentes de segurança envolvendo dados pessoais.

## **CAPÍTULO III – DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS**

**Art. 6º** Os órgãos e setores da Administração Pública Municipal deverão:

- I – identificar os dados pessoais tratados sob sua responsabilidade;
- II – mapear os processos de coleta, armazenamento, compartilhamento e eliminação de dados;
- III – assegurar que os dados sejam tratados de forma segura, com controles proporcionais ao risco e à estrutura disponível;
- IV – revisar formulários, contratos, sistemas e procedimentos para garantir conformidade com a LGPD.

**Art. 7º** O Município priorizará a adoção de medidas administrativas simples, viáveis e proporcionais à sua realidade, de forma progressiva e colaborativa, podendo buscar apoio de consórcios, associações ou outras esferas governamentais.

## **CAPÍTULO IV – DOS DIREITOS DOS TITULARES DE DADOS**

**Art. 8º** O Município manterá, preferencialmente por meio digital ou presencial, canal de atendimento aos titulares de dados para solicitações referentes a:



# MUNICÍPIO DE TAIACU

RUA RAUL MAÇONE, Nº 306 – CENTRO  
ESTADO DE SÃO PAULO  
CNPJ: 44.544.690/0001-15

- I – acesso e confirmação da existência de tratamento;
- II – correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
- III – eliminação, bloqueio ou anonimização, quando aplicável;
- IV – informações sobre compartilhamento de dados com terceiros.

**Art. 9º** As solicitações dos titulares serão encaminhadas ao Encarregado de Proteção de Dados Pessoais, que adotará as providências necessárias, respeitados os prazos legais.

## CAPÍTULO V – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 10** Os contratos celebrados pelo Município que envolvam o tratamento de dados pessoais deverão conter, sempre que possível, cláusulas específicas de proteção de dados, especialmente quanto à responsabilidade dos prestadores de serviço e à segurança da informação.

**Art. 11** Caberá à Controladoria ou setor equivalente acompanhar a aplicação da LGPD no âmbito municipal e sugerir medidas de aprimoramento desta regulamentação.

**Art. 12** A nomeação do Encarregado será publicada por ato oficial, e seu nome e dados de contato deverão ser disponibilizados em destaque no sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de Taiaçu/SP.

**Art. 13** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Taiaçu, 02 de dezembro de 2025.

**SUELI APARECIDA MENDES BIANCARDI**  
Prefeita Municipal

Registrado em livro próprio na sede da Prefeitura e publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município, na data de sua circulação.

**Julia Gomes dos Santos**  
Responsável pela Secretaria Geral